

Considerações teórico-metodológicas para uma história do desmatamento no Médio Vale do Iguaçu

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho*

Resumo

Esse artigo tem o objetivo de levantar alguns problemas teórico-metodológicos com que se defronta uma pesquisa de história ambiental, além de discutir algumas questões específicas a respeito de um projeto de pesquisa sobre a história do desmatamento da Floresta de Araucária na região do Médio Vale do Rio Iguaçu, na primeira metade do século XX.

Palavras-chaves: História Ambiental, Floresta de Araucária, desmatamento, Porto União e União da Vitória.

Abstract

This article has the object to place some teorical and methodological problems about a search in environmental history. Beyond this, it discusses some specific questions of a search about the history of deforestation in the Middle Valley of Iguaçu, in the first half of twenty-century.

Key Words: Environmental History, Araucaria, deforestation, Porto União and União da Vitória.

Esse artigo tem o objetivo de levantar alguns problemas teórico-metodológicos com os quais se defronta uma pesquisa de história ambiental, além de discutir algumas questões específicas a respeito de um projeto de pesquisa sobre a história do desmatamento da Floresta de Araucária na região do Médio Vale do Rio Iguaçu na primeira metade do século XX.

Em artigo publicado na revista *Estudos Históricos*, Donald Worster localiza o surgimento da história ambiental na década de 1970, a partir do crescimento da preocupação pública frente aos problemas ambientais. Isso não significa que não houvesse trabalhos de história envolvendo questões relativas ao meio ambiente antes daquele momento, como aponta no mesmo artigo. Desde a fundação dos *Annales*, alguns historiadores franceses como Lucien Febvre, Bloch, Braudel e Le Roy Ladurie, já estavam incluindo o ambiente como uma variável fundamental em seus estudos. Mas o maior centro produtivo dessa nova

* Aluno de mestrado do PPG de História da UFSC.

disciplina seria os Estados Unidos, com uma considerável variedade e quantidade de trabalhos envolvendo a história ambiental.^{cccxcviii}

Worster também discute nesse artigo como a história ambiental tem se dedicado a uma série de assuntos bastante variados, desde o clima, as epidemias, os desmatamentos, a poluição e até as idéias e percepções culturais sobre a natureza e as suas influências para a alteração da paisagem. Tendo em vista a posição fundamental dos vegetais no mundo natural, não é de se estranhar que o desmatamento seja um dos temas mais recorrentes e importantes de história ambiental:

As plantas formam, de longe, a maior parte da biomassa existente no planeta. Em toda a sua história a humanidade tem dependido crucialmente das plantas, para alimento, remédio, material de construção, habitat de animais de caça e escudo contra o restante da natureza. As plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos na luta para sobreviver e prosperar. Assim, quando homens e plantas se encontram, nascem mais temas de história ambiental do que em qualquer outra circunstância.^{cccxcix}

Nesse sentido, dois dos exemplos mais conhecidos de história ambiental no Brasil, onde esse campo da história é ainda incipiente, tratam do desmatamento. Warren Dean, em *A ferro e fogo*^{cd}, e José Augusto Drummond, em *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*^{cdi}, produziram trabalhos de referência sobre a devastação da Mata Atlântica. Esses trabalhos incluíram dentro dos temas mais tradicionais de história do Brasil, a questão dos ciclos econômicos e das transformações políticas, que em geral definiram a periodização ou os recortes temporais de muitas pesquisas (Período Colonial, Império, República Velha, Era Vargas), as preocupações ambientais que vêm sendo incorporadas no pensamento e na agenda política desde os anos 1960.

É a partir daquela década que surgem e se desenvolvem as principais tendências do ambientalismo contemporâneo, que passou a envolver um grande número de tópicos relativos ao pacifismo, ao antimilitarismo, à homogeneização cultural e de crítica aos modelos de desenvolvimento da sociedade tecnológica e industrial, tanto de cunho socialista como capitalista.^{cdii} Como demonstrou José Augusto Pádua em *Um sopro de destruição*^{cdiii}, já existiam preocupações com a conservação dos recursos naturais no Brasil e na Europa muito antes dos anos 60. Pádua procura, inclusive, combater a idéia de que o ambientalismo é assunto recente e importado da Europa e dos Estados Unidos, demonstrando como, no Brasil, existiram muitos pensadores influentes e com relativa autonomia que refletiram sobre o meio ambiente desde o século XVIII. Mas, em geral, as críticas aos problemas ambientais nesses pensadores não eram acompanhadas de mudanças sociais, culturais e políticas mais profundas.

Como metodologia, Worster enfatiza a necessidade da história ambiental se aproximar das ciências naturais e se apropriar de seus conceitos, principalmente da Ecologia. Para ele, o historiador precisa dominar alguns conceitos da biologia, da química e da geografia física, por exemplo, se quiser

analisar a influência que a natureza exerce nas sociedades humanas e vice-versa. Contudo, isso certamente não se aplica a todas as obras que poderíamos caracterizar como história ambiental, como o próprio livro do Pádua ou então a obra *Paisagem e memória*^{cdv}, de Simon Schama, *O homem e o mundo natural*^{cdv}, de Keith Thomas, e *O espírito ocidental contra a natureza*^{cdvi}, de Frederick Turner.

Nesse sentido, podemos fazer uma distinção entre os trabalhos que enfatizam mais aspectos culturais ou mentais relacionados à natureza, como aqueles citados anteriormente, e os que tratam principalmente das mudanças materiais que o meio ambiente tem sofrido. Exemplos desse último tipo são *Uma história verde do mundo*^{cdvii}, de Clive Ponting, e o próprio *A ferro e fogo*, de Warren Dean. É claro que os aspectos mentais e materiais não podem ser tratados independentemente. Ninguém negaria, por exemplo, a influência das idéias ambientalistas nas políticas públicas e na legislação sobre o meio ambiente em muitos países. No entanto, Worster argumenta que tem havido um certo exagero em relacionar as idéias sobre o meio natural às mudanças ambientais reais:

É extremamente difícil traçar empiricamente os efeitos reais de tais idéias [sobre a natureza], no passado ou no presente, mas isso não impediu os pesquisadores de fazer algumas afirmações ambiciosas. Nem deveria impedir, afinal. Talvez tenhamos exagerado demais a noção da nossa capacidade mental e dos seus impactos no restante da natureza.^{cdviii}

Levando essas reflexões em conta na pesquisa que estamos desenvolvendo sobre o desmatamento na região do Médio Iguaçu na primeira metade do século XX, entendemos ser proveitoso não se demorar em discursos e idéias vazias sobre a natureza. Acreditamos, como Donald Worster, que os historiadores teriam muito a ganhar se tomassem conhecimento da linguagem “estranha” dos cientistas naturais, a fim de poder entender mudanças ambientais muito significativas na história das sociedades humanas. Nas sociedades cada vez mais urbanizadas em que vivemos tendemos a desconhecer a origem ou dinâmica das bases materiais essenciais da vida, como a água, o solo, as plantas, os animais, o ar. Nesse sentido, não deveríamos desprezar o que Clive Ponting chamou de “Os Fundamentos da História”:

A história humana não pode ser compreendida em um vácuo. Todas as sociedades humanas foram e ainda são dependentes de complexos processos físicos, químicos e biológicos, interligados. Isso inclui a energia produzida pelo sol, a circulação dos elementos cruciais para a vida, dos processos geofísicos que fizeram com que as massas terrestres continentais migrassem através da face do globo e dos fatores que regulam as mudanças climáticas. Estes fatos constituem os fundamentos essenciais para a forma pela qual os vários tipos de plantas e animais (inclusive os seres humanos) formam comunidades complexas e interdependentes.^{cdix}

Essa proposta certamente é bem diferente dos ultrapassados determinismos geográficos, e não implica em negar as contribuições de análises históricas bem distintas. É preciso também dar historicidade ao discurso dos cientistas naturais, como tem sido feito em uma série de trabalhos, mas isso não deveria significar que o discurso do historiador deva ser proeminente em relação ao do biólogo ou do ecólogo, por exemplo. Nem que o discurso dos cientistas naturais seja mais inocente que o dos “cientistas” das áreas humanas.

A pós-modernidade – se é que podemos fazer essa generalização – tem nos sugerido que discursos totalizantes são problemáticos devido à tentativa permanente da busca da verdade em si, e que muitas idéias não teriam uma origem divina, num passado remoto.^{cdx} Nessa direção, muitos trabalhos têm colocado como seus objetivos, através de análises discursivas, desconstruir as “verdades” da Modernidade, o que acabou significando em muitas análises, por outro lado, um desprezo ou desconhecimento pelos fatores não-discursivos da realidade, aliado ao relativismo.

Como afirmou Hobsbawn^{cdxi}, mesmo que o historiador entenda como o seu papel principal desconstruir mitos, ele deve se posicionar em favor da evidência e talvez a aproximação com as ciências naturais, pelo menos na história ambiental, seja um caminho para recuperar o sentido dessa evidência. Esse mesmo autor, inclusive, escreveu livros bastante conhecidos onde enfatiza a necessidade do historiador de minar as ideologias de identidade coletiva^{cdxii}, como *A invenção das tradições*.^{cdxiii} Mas isso não passaria obrigatoriamente pela idéia relativista de “história como ficção”:

A história como ficção, contudo, recebeu um reforço acadêmico de uma esfera inesperada: “o crescente ceticismo concernente ao projeto iluminista da racionalidade”. A moda do que é conhecido (pelo menos no discurso acadêmico anglo-saxão) pelo vago termo “pós-modernismo”, felizmente não ganhou tanto terreno entre os historiadores quanto entre teóricos da literatura e da cultura e antropólogos sociais, mesmo nos EUA, mas é relevante à questão em pauta, já que lança dúvida sobre a distinção entre fato e ficção, realidade objetiva e discurso conceitual. É profundamente relativista. Se não há nenhuma distinção clara entre o que é verdadeiro e o que sentimos ser verdadeiro, então minha própria construção da realidade é tão boa quanto a sua ou a de outrem, pois o “discurso é o produtor desse mundo, não o espelho”.^{cdxiv}

Deixando de lado essa questão difícil com que se depara um trabalho de história ambiental – ou de qualquer tema a ser estudado – ainda cabe aqui tecer algumas considerações mais específicas para uma pesquisa que pretende somente estudar a história do desmatamento de uma região determinada.

A região específica da pesquisa compreende uma área de cerca de 5 mil km², correspondente às antigas extensões dos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC), no Médio Iguaçu.^{cdxv} Faz parte da área de ocorrência natural da Floresta Ombrófila Mista, ou Floresta de Araucária, que se estendia por cerca de 200 mil km² nos planaltos do Sul do Brasil. Esse tipo florestal

apresentava um grande volume de madeira por hectare. O projeto RADAMBRASIL levantou em remanescentes florestais da região de Caçador, vizinha do município de Porto União, “*uma média de 516 m³ de madeira por hectare, sendo que 428 m³ recaíam sobre pinheiros com diâmetro acima de 25 centímetros e 60 m³ sobre a imbuia.*”^{cdxvi} Ainda segundo Nilson Thomé, ao comparar com dados da floresta amazônica, essa seria a floresta com maior potencial madeireiro da América do Sul.^{cdxvii}

Por esse dados de volume de madeira é possível inferir a relativa homogeneidade da Floresta de Araucária, que podia apresentar, dependendo das condições ambientais, até mais de 200 araucárias por hectare.^{cdxviii} Tendo em vista que o pinheiro (*Araucaria angustifolia*) fornece madeira de excelente qualidade e com potencial para diversos fins industriais, tem-se uma idéia da importância econômica que essa árvore chegou a possuir:

As utilizações mais comuns da araucária estiveram associadas à obtenção de madeira para tabuados, vigamentos, pranchões, caixas, móveis, cabos de vassouras e ferramentas, palitos de dente e de fósforo, fabricação de compensados, pasta mecânica e celulose, papel, matéria plástica, lã e seda artificiais, instrumentos musicais, instrumentos de adorno, artigos de esporte, separadores para acumuladores, caixas de ressonância de piano, tacos de nós, mourões, telhas de tabuinhas, etc. Os galhos e refugos, e especialmente o nó de pinho, servem para lenha e combustível de caldeiras, e os pinhões servem de alimento para o homem e para os animais.^{cdxix}

Por muitos anos a araucária significou uma espécie de *commodity* na economia de Santa Catarina, sendo o principal produto de exportação. No Paraná, de acordo com Aida Lavalle, ocorreu uma situação semelhante, com o pinheiro estando também por várias décadas entre os principais produtos de exportação.^{cdxx} Um fator essencial para esse incremento da economia madeireira que se dá nas primeiras décadas do século XX, é a construção de ferrovias, como a de Curitiba a Paranaguá (1885) e a São Paulo-Rio Grande, concluída em 1910, com o seu ramal de São Francisco(1917).

Essa última ferrovia atravessava extensos pinhais da bacia do Médio Iguaçu e do Rio do Peixe, em Santa Catarina, e o ramal de São Francisco ligava esta ao litoral cortando uma região também abundante em madeiras. União da Vitória e Porto União localizavam-se justamente as margens dessa ferrovia, sendo também o ponto inicial do ramal de São Francisco. A partir da construção da ferrovia, a exploração madeireira na região e arredores toma grande impulso.

A empresa norte-americana "Southern Brazil Lumber and Colonization Company", subsidiária da construtora da ferrovia, monta grandes serrarias e, mediante contrato com o governo federal, se apodera de amplas extensões de terra, incluindo partes da área antiga do município de Porto União. Além da serraria montada em Três Barras, em funcionamento a partir de 1913, a maior da América do Sul, e com aparelhamentos de sofisticação técnica incomparáveis

para a época, a Lumber instalou outras quatro serrarias na região do atual município de Calmon (SC).^{cdxxi}

Além da instalação das serrarias da Lumber, a ferrovia também estimulou a colonização européia ao longo do Vale do Rio do Peixe, ao sul, e da região entre União da Vitória e Santa Cruz de Canoinhas, a leste. Isso significa que passou a haver uma pressão cada vez maior sobre as florestas da região para a abertura de terras de agricultura, e o próprio consumo de lenha se expandiu com o crescimento populacional e com o funcionamento dos trens e das serrarias. Embora a atividade madeireira na região seja anterior à chegada da ferrovia, como demonstrou o primeiro censo industrial do Brasil, publicado em 1909, ela é que possibilitará, portanto, um ritmo mais acelerado de desmatamento; situação semelhante àquela constatada por Warren Dean em São Paulo.^{cdxxii}

Até essa época, a economia de União da Vitória vivia quase que totalmente envolta a extração de erva-mate, atividade de baixo impacto ambiental praticada por caboclos posseiros. O extenso município possuía, de acordo com o censo de 1900, apenas 2.654 habitantes^{cdxxiii}, e se constituía numa espécie de fronteira agrícola de Paraná e Santa Catarina, que não tivera as divisas definidas até 1917. A região do interior do atual município de Porto União era habitada por indígenas de etnia Xokleng, do grupo Jê, cuja cultura remontaria, segundo Walmir da Silva Pereira, há 5 mil anos.^{cdxxiv} O seu modo de vida nômade e não-agrícola dependia inteiramente da floresta para a pesca, a caça, e a coleta de vegetais como o pinhão, e a eliminação da floresta significaria a destruição desse modo de vida. Mas muito antes de o desmatamento se generalizar, como aponta Pereira, os Xokleng, cada vez mais acudados pelo avanço da colonização européia, a construção da ferrovia e a atuação dos madeireiros, já tinham sido mortos, expulsos, incorporados ou confinados. Pereira também realizou pesquisas indicando que desde o final do século XIX eram comuns os conflitos entre brancos e índios na região, e a "solução" encontrada pelo governo foi o confinamento em 1918 de 50 pessoas em terreno do atual município de Calmon (SC).

Nesse ponto, é importante frisar que na história ambiental, a história indígena deve ser uma parte importante para o historiador que tem como objetivo analisar a influência dos seres humanos no meio ambiente, como observou José Augusto Drummond. Os indígenas interferiram de maneira marcante na natureza, seja ao abrir clareiras na mata nativa, disseminando plantas de regiões distantes, ou até preservando ou aumentando a biodiversidade das florestas, conforme estudos citados por Antonio C. Diegues.^{cdxxv}

Nesse sentido, a história ambiental procura evitar o que muitos trabalhos de história regional acabam fazendo, o de desconsiderar a história indígena anterior a chegada dos europeus ou seus descendentes, e também noção de *progresso* que acompanha o discurso sobre essa chegada.

A expansão européia pode ser vista como o estabelecimento e expansão gradativos de impérios e o oferecimento da "civilização" para os povos menos afortunados. De uma perspectiva ecológica, essa civilização se parece mais a uma onda de destruição sendo espalhada por todo o mundo.^{cdxxvi}

Esse seria o dilema também colocado por Warren Dean de uma história que chega a incomodar o que temos, muitas vezes sem admitir, como o desenvolvimento das sociedades humanas:

O que será de uma história que não nos faz - não pode nos fazer - felizes com nossas perspectivas e que reflete de modo tão chocante nossa imprevidência e parasitismo?^{cdxxvii}

Discutida essa questão, podemos colocar, a partir das fontes e das leituras já feitas para essa pesquisa, que a atividade madeireira na região estudada foi provavelmente o fator concorrente mais importante para a devastação florestal. A agricultura exportadora ou a pecuária em grande escala nunca foram atividades expressivas, o que define um tipo de exploração da floresta bem diferente da realidade pesquisada por Warren Dean, em "A ferro e fogo". Dean se deteve nesse livro principalmente na região Sudeste, incluindo o sul da Bahia e o norte do Paraná. Nessa região, apesar de também haver um importante comércio de madeiras de lei, o avanço da agricultura exportadora (o café) teve um papel muito mais significativo na devastação da Mata Atlântica, sendo comum a queimada de extensas florestas sem o aproveitamento madeireiro. Esse foi o caso típico de São Paulo. Além do mais, o próprio crescimento populacional e a grande expansão da malha ferroviária determinaram um consumo de lenha muito grande no Sudeste, especialmente em São Paulo.^{cdxxviii}

Em relação à região de Porto União e União da Vitória, entretanto, não se pode dizer que a ferrovia tenha significado automaticamente a instalação de um comércio madeireiro preponderante na economia regional, uma vez que o extrativismo da erva-mate continuou por muito tempo a ser uma atividade importante. A partir de alguns dados sobre esse período imediatamente posterior à construção da ferrovia (1910) podemos constatar o pequeno número de serrarias existentes.

O censo industrial de 1920 identificou apenas 4 serrarias no município de Porto União, embora isso não corresponda à realidade, pois as 4 serrarias da Lumber próximas à estação de Calmon, mais uma serraria recém fundada em 1919 na colônia São Miguel, e outra existente no lugar Poço Preto não foram contabilizadas. Pelo menos é o que podemos apontar até agora como omissões do censo. Em 1933, Cleto da Silva contabilizou para o município de União da Vitória apenas 8 serrarias, 4 delas no distrito de Paula Freitas.^{cdxxix}

Para o crescimento do número de serrarias na região teve um papel importante a instalação das companhias colonizadoras e a conseqüente venda de lotes a imigrantes europeus ou seus descendentes, vindos na maioria do Rio

Grande do Sul.^{cdxxx} Segundo notícia publicada em 1920 no jornal "A União", em Porto União "*existem por aqui seis empresas com áreas colossais já colonizadas e por colonizar, ...*".^{cdxxxi} Nessas colônias eram instaladas serrarias para atender as demandas dos colonos na construção de casas e outras instalações, além de pontes.

É preciso investigar se os proprietários dessas colonizadoras também exploravam as madeiras dos seus terrenos com objetivos comerciais, para aumentar os lucros com o empreendimento colonizador, o que é bastante provável, como foi o caso das empresas colonizadoras do Oeste de Santa Catarina. Constatamos um caso desse em relação à firma Jamil Domit & Irmãos, que contratou em 1923 com o governo do Estado, a colonização de uma área de 60 milhões de m² no distrito de Vallões, em Porto União, e logo em seguida iniciou "*a construção de poderosa serraria, dotada dos mais moderno aparelhamento, quer quanto aos magníficos maquinismos existentes, quer sob o ponto de vista dos aperfeiçoados processos empregados, com os grandes recursos que a opulencia florestal proporciona, ...*"^{cdxxxii}

Portanto, a partir das fontes que temos à disposição, percebemos um claro aumento no número de serrarias ao longo das décadas de 1920 e 1930. Durante essas décadas, além das apontadas no censo de 1920 e suas omissões, localizamos os seguintes madeireiros em Porto União: Frederico Schmidt & Comp. (1926), no Maratá; José Zipperer Sobrinho & Cia (1929), em Santa Cruz; Perotto, Piccoli & Menezes (1930), no Rio Bonito; serraria de Emilio Galli (gerente)(1930), em Villa Nova do Timbó; serraria de Manoel de Souza Pinto (1930), em São João; Cristani & Irmãos (1935), na colônia Oco; Thomazi & Irmãos (1935), em Vallões; Rodrigues & Intorp (1935), em Vallões; Serraria São Jorge (1935), Vallões; serraria de Dodany Antonio Rocha (1938), no Rio Pintado.^{cdxxxiii}

Além dessas, Nilson Thomé identificou para a área dos campos de São João dos Pobres e de São João de Cima, correspondentes aos atuais municípios de Calmon e Matos Costa^{cdxxxiv}, outras 17 serrarias no ano de 1936, sendo que a maior era a Intorp & Cia, seguida, pelo ordem de volume de produção, pelas demais: A. Moletta & Cia., Irmãos Kurtz, Artur de Paula & Souza, Longo & Irmão, João Rotta & Filhos, Pedro Pizzato & Filho, Rigoletto Conti, G. Chaerck & Moro, J. Meyer & Filhos, Domingos Locatelli & Irmão, Fernando Martini, Carlos Donner e Gunter & Foltz.^{cdxxxv}

É necessário considerar também que a evolução tecnológica das indústrias nesse período significou um aumento sempre crescente de exploração das florestas, e ao mesmo tempo, que o simples número de serrarias é enganador:

Na virada dos anos 20/30, vendo que as serrarias apresentavam baixa produção ante os colossais pinhais, muitos madeireiros substituíram então as velhas serras "de centro" e "Tissot" pelas modernas fitas (já usadas pela Lumber desde 1913); para isso, tiveram que substituir os locomóveis por novos, de maior

potência, de 60, 80 e até 200 HP, o que representou maior produtividade por unidade.^{cdxxxvi}

Esse crescimento do ramo madeireiro sugere que a madeira era muito mais do que simplesmente um bem útil para as necessidades locais, e passou cada vez mais a significar oportunidades de grandes lucros para empresários. Além da ferrovia, os madeireiros da região de Porto União e União da Vitória se beneficiavam do transporte fluvial no rio Iguazu, desde Porto Vitória até Porto Amazonas, totalizando 239 km., e também por um trecho significativo do rio Timbó. O inaugurador do transporte fluvial com barcos a vapor foi o Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, em 1882. O Coronel Amazonas também montou a primeira serraria da região, em 1884, na margem direita do Iguazu, além de trazer as primeiras famílias de colonos estrangeiros em 1881. Esse sistema de transporte beneficiava principalmente as serrarias próximas a esses rios, e se extinguiu nos anos 50, quando os caminhões já eram bastante utilizados.

Embora não tenhamos documentação satisfatória para fazer considerações sobre a economia madeireira e o desmatamento a partir dos anos 1940, podemos supor, com base em estudos sobre outras regiões, que o desmatamento na região tendeu a se intensificar até os anos 1960, quando se constatou o eminente esgotamento das florestas e se iniciaram os reflorestamentos com espécies exóticas em muitas regiões do Paraná e Santa Catarina.^{cdxxxvii}

Outro problema sempre recorrente para uma pesquisa como essa será o de evitar o modelo de análise da tradicional história econômica, cujos exemplos produziram trabalhos sobre a importância da madeira e dos madeireiros no quadro geral das economias estaduais e também regionais. Como exemplos mencionamos os trabalhos de Rosemari P. Eduardo, Nilson Thomé e Aida M. Lavalle, sem dúvida preciosos como fontes para uma pesquisa sobre o desmatamento e a atividade madeireira, mas de objetivos e resultados muito diferentes. Essas pesquisas buscaram levantar informações sobre o movimento dos portos, o volume de madeira exportado, os mercados internos e externos, as condições de transporte e as políticas para a exploração racional das florestas, e mostraram o desenvolvimento econômico resultante, mas deram pouca atenção ao caráter extremamente predatório desse "ciclo econômico". Ou seja, houve um custo ecológico alto nesse processo.

Miguel Guerra et al estimaram restarem atualmente entre 2 a 4 % da área original da Floresta de Araucária. A maioria dessas áreas remanescentes não apresenta mata primária, mas apenas florestas secundárias com sinais inconfundíveis de matas novas em recuperação. A biodiversidade da fauna, nessas condições, foi seriamente afetada, tendo diversas espécies como onças, veados, capivaras, pacas, desaparecido de muitas regiões onde outrora eram comuns.

Apesar da rigorosa legislação atual que proíbe o corte da araucária, e da ação fiscalizadora do IBAMA, ainda é freqüente nos jornais notícias sobre desmatamento de amplas áreas de Floresta de Araucária. Contudo, Guerra *et al* também demonstra, com base em estudo de caso, que a exploração econômica do pinhão pode ser bastante rentável, superando até, no caso das áreas de campos naturais, o da extração da madeira:

Assim, a renda total corrigida para a exploração do pinhão de R\$ 3.026,20 seria 22% maior que a renda obtida num sistema de exploração de madeira, mostrando que em Savana Parque a exploração dos pinhões a longo prazo é mais rentável do que a exploração da madeira, ao mesmo tempo que reduz a pressão de corte sobre os relictos existentes.^{cdxxxviii}

Notas

^{cccxcviii} WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. p. 199-201.

^{cccxcix} Ibid, p.203.

^{cd} DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

^{cdi} DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

^{cdii} DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. p. 39.

^{cdiii} PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

^{cdiv} SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

^{cdv} THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

^{cdvi} TURNER, Frederick W. **O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e as terras selvagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

^{cdvii} PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

^{cdviii} WORSTER, op. cit. p.210.

^{cdix} PONTING, op. cit. p.30.

^{cdx} Um texto representativo e bastante citado nessa discussão tem sido FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: **Microfísica do poder**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

^{cdxi} HOBBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.286.

^{cdxii} Ibid, p.288, 289.

^{cdxiii} HOBBSBAWN, Eric & HANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

^{cdxiv} HOBBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.286.

^{cdxv} Os municípios vizinhos de União da Vitória e Porto União se localizam, respectivamente, no Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. A Intendência Municipal de União da Vitória (PR) foi criada em 1890, desmembrada de Palmas. O município de Porto União (SC), por sua vez, só foi criado em 1917, quando resolvida a questão de limites entre Santa Catarina e Paraná. A área do

- novo município de Porto União passou a ser constituída da parte sul do município de União da Vitória. Porto União naquela época (1917) abrangia os atuais municípios vizinhos de Matos Costa, Calmon, Irineópolis e uma parte da atual Caçador. União da Vitória, por sua vez, abrangia após 1917, os atuais Porto Vitória, Paula Freitas e Cruz Machado.
- cdxvi THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira: história da devastação da Floresta da Araucária e do desenvolvimento da indústria madeireira em Caçador e na região do contestado no século XX.** Caçador: Imprensa Universal, 1995. p.28.
- cdxvii Idem.
- cdxviii REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto M.; REIS, Ademir. **Madeiras do Brasil.** Florianópolis: Ed, Lunardelli, 1979. p.248.
- cdxix GUERRA, Miguel P. et. al. "Exploração, manejo e conservação da araucária (*araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais.** São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 86.
- cdxx LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense.** Curitiba, GRAFIPAR, 1981.
- cdxxi O atual município de Calmon(SC) está localizado no planalto norte de Santa Catarina e faz divisa ao norte com o município de Porto União. Na época(após 1917) fazia parte do município de Porto União.
- cdxxii DEAN, op. cit. Capítulos 9,10 e11.
- cdxxiii DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Censo de 1900.**
- cdxxiv PEREIRA, Walmir da Silva. **A ferrovia São Paulo-Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional.** 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis .p. 47.
- cdxxv DIEGUES, op. cit. p.150, 151.
- cdxxvi PONTING, op. cit. p. 632.
- cdxxvii DEAN, op. cit. p. 24.
- cdxxviii DEAN, op. cit. Para as discussões desse parágrafo conferir capítulo 11. No caso de Minas Gerais, teve um papel importante a história da mineração do ouro e da exploração do ferro.
- cdxxix SILVA, José Júlio Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória.** Separata do boletim n. 30 do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: UFPR, 1933. p. 22, 23.
- cdxxx Para a questão da atração de imigrantes cf. NODARI, Eunice S.; CESCO, Susana; WERLE, Márcio J.; CARVALHO, Miguel M. X. de. As florestas do Sul do Brasil na imprensa alemã e a atração de migrantes. p. 163-175. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J.(org.) **Imigração e Imprensa.** Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.
- cdxxxi COLÔNIA São Miguel. **A União,** Porto União. 13 jun. 1920. n. 10. p. 1.
- cdxxxii PROCESSOS DE TERRAS. Porto União. Interessado Jamil Domit & Irmãos. 1933. Requerimento n. 1698. 1933. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- cdxxxiii Com exceção do último, que foi localizado em um processo de terra, todos os outros foram localizados em notícias e anúncios de jornais de Porto União. As datas se referem apenas ao ano em que aparecem nos jornais/processo, não sendo necessariamente o ano de fundação das empresas.
- cdxxxiv O atual município de Matos Costa(SC) faz divisa ao norte com o município de Porto União, e pertenceu desde 1917 até a década de 1960 a este município.
- cdxxxv THOMÉ, op. cit. p.88. Note-se que, sem explicação, apesar de mencionar no texto 17 serrarias, a lista do autor possui 14.
- cdxxxvi Ibid, p.78.
- cdxxxvii Para outros estudos sobre o momento culminante e da decadência da exploração da araucária cf. THOMÉ, op. cit.; LAVALLE, op.cit.; EDUARDO, Rosemari Pozzi. **A madeira**

em Santa Catarina (1930-1972). 1974. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba;
AGOSTINI, Estelamaris. **Da Araucária ao Pinus: uma análise geográfica do Planalto de
Lages.** 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis.
^{cdxxxviii} GUERRA, op.cit. p.96,97.